

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão
Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri
ABCD PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Molhinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD
PR/SP
Palotina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 6 de Abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

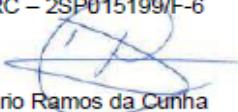
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à incorporação da Cooperativa Sicredi Fetcoop SP ocorrida em 14/03/2015, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas na totalidade, permanecendo acima da meta estimada, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	74.382	98.624
Carteira de Crédito *	500.962	655.125
Depósitos	588.434	825.022
Patrimônio Líquido	154.685	206.090
Capital	46.958	98.756
Resultado Antes das Destinações	23.263	30.588
Rentabilidade do PL	15,04%	14,84%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015		
CIRCULANTE	1.160.103	1.031.670	CIRCULANTE	505.974	464.112		
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	10.556	12.139	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	179.091	162.523
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		607.519	524.465	Depósitos à Vista		145.489	124.416
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		32	21	Depósitos a Prazo		33.602	38.107
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		35	477	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		243.178	231.495
Correspondentes no país		1.943	2.418	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		10	902
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	605.509	521.549	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	243.168	230.593
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	496.887	461.542	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.574	1.243
Operações de Crédito		530.700	486.674	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.574	1.243
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(33.813)	(25.132)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	10.102	11.223
OUTROS CRÉDITOS		39.933	31.806	Empréstimos País - Outras Instituições		10.102	11.223
Créditos por Avisos e Fianças Honrados		45	94	OUTRAS OBRIGAÇÕES		72.029	57.628
Rendas a Receber		3.015	4.147	Cobrança e Arrecadação de Tributos		245	222
Diversos	(NOTA 07)	37.340	28.737	Sociais e Estatutárias		2.972	2.784
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(467)	(1.172)	Fiscais e Previdenciárias		1.943	1.615
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	5.208	1.718	Diversas	(NOTA 14)	66.869	53.007
Outros Valores e Bens		4.738	1.074				
Despesas Antecipadas		470	644				
NÃO CIRCULANTE	221.102	177.682	NÃO CIRCULANTE	669.141	563.508		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		159.457	126.766	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		669.141	563.508
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	936	16.382	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	645.931	532.649
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		936	16.382	Depósitos a Prazo		645.931	532.649
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	158.238	109.319	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	10.590	16.920
Operações de Crédito		174.391	120.575	Repasses Interfinanceiros		10.590	16.920
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(16.153)	(11.256)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		12.620	13.939
OUTROS CRÉDITOS		2	987	Diversas (NOTA 14)		12.620	13.939
Diversos	(NOTA 07)	650	987				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(648)	-				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	281	78				
Despesas Antecipadas		281	78				
PERMANENTE		61.645	50.916	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		206.090	181.732
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	33.569	29.438	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	98.756	89.120
Outros Investimentos		33.569	29.438	De Domiciliados no País		98.981	89.398
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	19.735	14.548	(Capital a Realizar)		(225)	(278)
Outras Imobilizações de Uso		31.170	22.096	RESERVAS DE SOBRAS		102.371	85.664
(Depreciação acumulada)		(11.435)	(7.548)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		4.963	6.948
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	8.341	6.930				
Outros Ativos Intangíveis		13.675	11.069				
(Amortização acumulada)		(5.334)	(4.139)				
TOTAL DO ATIVO		1.381.205	1.209.352	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.381.205	1.209.352

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	92.090	-	92.090	170.228	3	170.231	132.857	3	132.860
Operações de Crédito	91.178	-	91.178	167.919	3	167.922	132.716	3	132.719
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	894	-	894	2.233	-	2.233	55	-	55
Resultado das Aplicações Compulsórias	18	-	18	76	-	76	86	-	86
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(68.234)	(619)	(68.853)	(139.912)	(1.103)	(141.015)	(98.782)	(1.044)	(99.826)
Operações de Captação no Mercado	(40.478)	(37)	(40.515)	(78.877)	(66)	(78.943)	(55.676)	(74)	(55.750)
Operações de Empréstimos e Repasses	(8.989)	(582)	(9.571)	(19.701)	(1.037)	(20.738)	(16.251)	(970)	(17.221)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida	(18.767)	-	(18.767)	(41.334)	-	(41.334)	(26.855)	-	(26.855)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	23.856	(619)	23.237	30.316	(1.100)	29.216	34.075	(1.041)	33.034
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.830)	4.674	(1.156)	(8.360)	8.059	(301)	(8.691)	8.600	(91)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	7.793	8.891	16.684	14.513	15.652	30.165	10.839	11.760	22.599
Rendas de Tarifas Bancárias	9.460	-	9.460	16.826	-	16.826	12.177	1	12.178
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(25.247)	(1.654)	(26.901)	(48.907)	(2.642)	(51.549)	(39.849)	(2.349)	(42.198)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 22)	(24.203)	(2.325)	(26.528)	(48.589)	(4.009)	(52.598)	(37.451)	(3.906)	(41.357)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(95)	(448)	(543)	(255)	(789)	(1.044)	(193)	(595)	(788)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	47.190	914	48.104	92.832	1.013	93.845	66.919	4.629	71.548
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(20.728)	(704)	(21.432)	(34.780)	(1.166)	(35.946)	(21.133)	(940)	(22.073)
RESULTADO OPERACIONAL	18.026	4.055	22.081	21.956	6.959	28.915	25.384	7.559	32.943
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.586	24	1.610	1.649	24	1.673	6.007	(1)	6.006
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	19.612	4.079	23.691	23.605	6.983	30.588	31.391	7.558	38.949
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	969	969	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	572	572	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	397	397	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	19.612	5.048	24.660	23.605	6.983	30.588	31.391	7.558	38.949
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	-	6.983	(6.983)	-	7.558	(7.558)
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	19.612	5.048	24.660	30.588	-	30.588	38.949	-	38.949
DESTINAÇÕES	-	-	-	(25.625)	-	(25.625)	(32.001)	-	(32.001)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(8.091)	-	(8.091)	(6.900)	-	(6.900)
Fates - Estatutário	-	-	-	(827)	-	(827)	(1.158)	-	(1.158)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(10.754)	-	(10.754)	(15.054)	-	(15.054)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(5.953)	-	(5.953)	(2.500)	-	(2.500)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	-	-	-	(6.389)	-	(6.389)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.963	-	4.963	6.948	-	6.948

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP
 CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	68.138	66.893	7.290	142.321
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	7.266	-	(7.266)	-
Outras destinações	-	-	(24)	(24)
Saldo de Incorporação	6.588	1.191	(6.363)	1.416
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.489	-	-	3.489
Baixas de capital	(3.128)	-	-	(3.128)
Reversões de reservas	-	(6.363)	6.363	-
Resultado do período	-	-	38.949	38.949
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.158)	(1.158)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.054	(15.054)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.767	-	(6.900)	(133)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.500	(2.500)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	6.389	(6.389)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	89.120	85.664	6.948	181.732
Mutações do Período	20.982	18.771	(342)	39.411
Saldos no início do período em 01/01/2016	89.120	85.664	6.948	181.732
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.889	-	(6.889)	-
Outras destinações	-	-	(59)	(59)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.489	-	-	2.489
Baixas de capital	(7.665)	-	-	(7.665)
Resultado do período	-	-	30.588	30.588
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(827)	(827)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.754	(10.754)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.923	-	(8.091)	(168)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.953	(5.953)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	98.756	102.371	4.963	206.090
Mutações do Período	9.636	16.707	(1.985)	24.358
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	95.331	85.664	5.928	186.923
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.264	-	-	1.264
Baixas de capital	(5.762)	-	-	(5.762)
Resultado do período	-	-	24.660	24.660
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(827)	(827)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.754	(10.754)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.923	-	(8.091)	(168)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.953	(5.953)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	98.756	102.371	4.963	206.090
Mutações do Período	3.425	16.707	(965)	19.167

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	01/07/2016 a 31/12/2016	(Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	29.083	49.156	46.959	
Resultado do semestre/exercício	24.660	30.588	38.448	
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.423	18.568	8.511	
(Reversão) Provisão para operações de crédito	2.859	13.577	6.315	
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(15)	(56)	44	
Depreciação do imobilizado de uso	2.421	4.272	1.688	
Amortização do intangível	654	1.195	987	
Baixas do ativo permanente	96	113	848	
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	65	(53)	445	
Destinações ao FATES	(827)	(827)	(1.158)	
Dividendos SicrediPar	(830)	347	(658)	
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(102.238)	54.934	98.754	
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	27.924	15.446	(16.382)	
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	8.394	(11)	(7)	
Redução em créditos vinculados	234	442	138	
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	157	474	(636)	
(Aumento) em operações de crédito	(64.402)	(97.842)	(40.516)	
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(35.873)	5.352	2.230	
(Aumento) em outros créditos	(6.470)	(7.429)	(7.144)	
(Aumento) em outros valores e bens	(472)	(3.694)	(1.288)	
Aumento (Redução) em depósitos	(60.442)	129.850	144.515	
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(200)	331	156	
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	561	(1.121)	280	
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(1.158)	(1.215)	
Aumento em outras obrigações	28.351	14.294	18.623	
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(73.155)	104.090	145.713	
Aquisição de Investimentos	-	(4.131)	1	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.281)	(9.573)	(5.795)	
Aplicações no Intangível	(514)	(2.606)	(3.462)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.795)	(16.310)	(9.256)	
Integralização de capital	1.264	2.489	3.527	
Baixa de capital	(5.762)	(7.665)	(3.704)	
Juros ao capital próprio	(168)	(168)	(133)	
Distribuição de Sobras	-	(59)	(24)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(4.666)	(5.403)	(334)	
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(81.616)	82.377	136.123	
Caixa e equivalente de caixa no início do período	697.681	533.688	397.565	
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	616.065	616.065	533.688	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 08/10/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

Os associados em Assembleia Geral Extraordinária conjunta realizada no dia 14/03/2015, ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade, autorizaram a sociedade incorporar a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Transportadores de Cargas Filiados aos Sindicatos Integrantes da FetceSP - Sicredi Fetcoop SP.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com quatro Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas, ou qualquer outra utilização específica. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentados em 31 de dezembro de 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	1.031.841	(171)	1.031.670
OUTROS CRÉDITOS	31.977	(171)	31.806
Diversos	28.908	(171)	28.737
Ativo Não circulante	177.511	171	177.682
OUTROS CRÉDITOS	816	171	987
Diversos	816	171	987

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23.205	(606)	22.599
Rendas de Tarifas Bancárias	11.572	606	12.178
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS			
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	115.136	(16.382)	98.754
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	162.095	(16.382)	145.713
	(25.638)	16.382	(9.256)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 01 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	10.556	12.139
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	605.509	521.549
Total	616.065	533.688

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	936	16.382
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	936	16.382
Total realizável a longo prazo	936	16.382

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	259.697	138.254	397.951	304.012
Financiamentos	21.290	23.437	44.727	45.693
Financiamentos rurais e agroindustriais	249.713	12.700	262.413	257.544
Carteira total	530.700	174.391	705.091	607.249

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	45	-	45	94
Devedores por compra de valores e bens	-	648	648	814
Títulos e créditos a receber (i)	25.092	2	25.094	18.882
Total	25.137	650	25.787	19.790

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	255.976	350.194	1.280	1.751
Nível B	1,00	321.180	150.766	3.212	1.508
Nível C	3,00	65.130	44.247	1.954	1.327
Nível D	10,00	29.429	34.170	2.943	3.417
Nível E	30,00	14.853	16.928	4.456	5.079
Nível F	50,00	10.243	10.072	5.122	5.036
Nível G	70,00	6.570	4.135	4.599	2.895
Nível H	100,00	27.497	16.527	27.497	16.527
Total (i)		730.878	627.039	51.063	37.540

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 18 (2015 - R\$ 20).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			2015
		A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	10.020	71.833	84.996	88.052	254.901
Rural	1.507	17.046	231.160	12.700	262.413
Industrial	1.239	7.142	4.946	8.722	22.049
Comércio	3.766	32.496	28.939	32.947	98.148
Outros Serviços	3.588	19.664	37.495	32.620	93.367
Total	20.120	148.181	387.536	175.041	730.878
					627.039

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	51.371	7,03	40.736	6,50
50 devedores seguintes	79.499	10,88	57.189	9,12
100 devedores seguintes	78.898	10,79	57.471	9,17
Demais	521.110	71,30	471.643	75,22
Total	730.878	100	627.039	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	37.560	25.849
Constituição de provisão	41.334	26.855
Movimentação de baixados para prejuízo	(27.813)	(15.144)
Saldo final	51.081	37.560

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 14.138 (2015 - R\$ 4.468), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 20.651 (2015 - R\$ 35.945).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	270	175
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	4.573	3.403
Devedores por depósitos em garantia	3.757	2.845
Impostos e contribuições a compensar	845	765
Títulos e créditos a receber	25.092	18.880
Valores honrados	448	79
Operações com cartões	152	351
Pendências a regularizar	207	1.703
Outros	1.996	536
Total Circulante	37.340	28.737
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	171
Devedores por compra de valores e bens	648	814
Títulos e créditos a receber	2	2
Total realizável a longo prazo	650	987

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	4.738	1.074
Imóveis	4.701	1.039
Veículos e afins	37	14
Bens em regime especial	-	21
Despesas antecipadas	470	644
Total Circulante	5.208	1.718
Despesas antecipadas	281	78
Total realizável a longo prazo	281	78

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	15.243	14.169
Sicredi Participações S.A.	18.323	15.266
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Total	33.569	29.438

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	5.953.638 ON 12.369.037 PN	4.962.230 ON 10.303.604 PN	3	3	15.243.655	14.169.630
Percentual de participação	2,11%	1,90%	1,90%	2,17%	9,59%	9,17%
Capital social	869.279	804.351	165	138	159.866	154.526
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	161.330	155.966
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	18.323	15.266	3	3	15.243	14.169

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	31.170	(11.435)	19.735	14.548
Imobilizações em curso	-	794	-	794	690
Instalações	10%	11.230	(3.541)	7.689	4.700
Móveis e equipamentos de uso	10%	8.217	(2.724)	5.493	4.188
Sistema de comunicação	10%	507	(130)	377	343
Sistema de processamento de dados	20%	8.895	(4.420)	4.475	3.738
Sistema de segurança	10%	1.091	(368)	723	618
Sistema de transporte	20%	436	(252)	184	271
Intangível (i)	5% a 15%	13.675	(5.334)	8.341	6.930
Investimentos Confederação		13.675	(5.334)	8.341	6.930
Total		44.845	(16.769)	28.076	21.478

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depositos	2016			2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	145.489	-	-	145.489
Depósitos a prazo	12.023	21.579	645.931	679.533
Total	157.512	21.579	645.931	825.022

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	243.168	230.593
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	243.168	230.593
Total circulante	243.168	230.593
Recursos do Crédito Rural	10.590	16.920
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	10.590	16.920
Total exigível a longo prazo	10.590	16.920

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	10.102	11.223
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	10.102	11.223
Total circulante	10.102	11.223

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	20.494	15.214
Obrigações por convênios oficiais	5	9
Provisão para pagamentos a efetuar	9.498	9.360
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	4.106	4.159
Provisão para coobrigações (i)	3.855	2.900
Juros dívida subordinada (ii)	1.298	-
Pendências a regularizar	147	518
Operações com cartões	23.912	17.309
Demais fornecedores	972	1.273
Credores diversos	2.582	2.265
Total circulante	66.869	53.007
Principal dívida subordinada (ii)	12.620	13.939
Total exigível a longo prazo	12.620	13.939

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	568	176	(309)	435
Cível	929	242	(159)	1.012
Tributária	2.662	-	(3)	2.659
Total	4.159	418	(471)	4.106

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	435	568
Cível	Provável	1.012	929
Tributária	Provável	410	413
Tributária (i)	Remota	2.249	2.249
Total		4.106	4.159

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 21; R\$ 1.152 e R\$ 457 (2015 - R\$ 20, R\$ 866 e R\$ 450), respectivamente.

(i) A Cooperativa possui o processo de nº 5000041-11.2012.4.04.7016, onde busca junto ao Poder Judiciário uma forma de comprovar a ilegitimidade do processo da União contra a Cooperativa. Mensalmente era realizado depósito judicial referente ao valor de INSS a recolher das Cooperativas de Trabalho, em contra partida era feito a provisão do valor depositado judicialmente, o qual deixou de ser realizado após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 595.838/SP datado em 17 de junho de 2015, que declarou a constitucionalidade da contribuição. O valor provisionado é de R\$ 2.249 (2015 - R\$ 2.249) e está registrado como Provisão Riscos Fiscais - Obrigações Fiscais e Previdenciárias.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	98.756	89.120
Total de associados	98.624	86.946

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 9.636 (2015 – R\$ 20.982), sendo R\$ 14.812 (2015 – R\$ 14.033) via integralização de resultados e R\$ 2.489 (2015 – R\$ 3.489), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 7.665 (2015 – R\$ 3.128).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,65% em Conta Capital, no montante de R\$ 8.091 mil, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo Garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.200 (R\$ 6.389 em dezembro de 2015), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	30.588	38.949
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(12.847)	(16.359)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	31	90
Provisão de PPR	1	27
Receita com atos cooperativos	9.914	12.556
Juros sobre o capital próprio	3.398	2.760
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	743
Outros	(497)	183
Subtotal	12.847	16.359
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	936	16.382
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	605.509	521.549
Outros Créditos - Rendas a receber	1.651	2.505
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	5.594	3.708
Investimentos (Nota 09)	33.569	29.438
Intangível (Nota 10)	8.341	6.930
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	253.758	247.513
Obrigações por empréstimos	10.102	11.223
Outras Obrigações - Diversas	23.145	17.689
Principal e juros dívida subordinada	13.918	13.939
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.233	56
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	9.965	277
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	82.138	60.987
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	20.738	17.221
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	2.537	1.774
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	15.787	12.879

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	184	0,13%	275
Depósitos a prazo	4.274	0,63%	2.362
Operações de crédito	7.034	1,00%	5.150

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	4.131	2.489

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	4.012	3.495
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	79.959	58.212
Reversão de provisões operacionais	7.651	3.148
Outras rendas operacionais	2.223	6.693
Total	93.845	71.548

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	7.138	2.184
Contribuição O.C.E.	175	180
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	2.067	1.267
Contribuição Confederação Sicredi	10.609	9.295
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.331	1.147
Encargos da administração financeira	440	389
Repasse Administradora de Cartões	1.326	766
Outras provisões operacionais	5.660	1.286
Outras despesas operacionais	7.200	5.559
Total	35.946	22.073

NOTA 22– OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 52.598 (2015 - R\$ 41.357), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 23 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	266.630	256.230
Coobrigações em cessões de crédito	6	6
Total	266.636	256.236

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Límites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	202.120	179.880
Capital principal - CP	202.120	179.880
Capital social	-	-
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	102.371	85.663
Lucros acumulados	4.963	6.948
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	3.970	1.851
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:	11.134	13.939
Ativo classificado como dívida subordinada	11.134	13.939
Dívida subordinada	-	-
Total do capital qualificado	213.255	193.819
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	117.890	107.283
Índice sobre o PR considerando a RBAN	19,22%	20,19%
Situação para o limite de imobilização	24.109	19.629
Índice de imobilização (limite 50%)	11,31%	10,13%

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Moacir Niehues
Diretor Executivo
CPF: 969.145.139-53

Alisson Schach
Diretor de Operações
CPF: 024.281.579-06

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72